Notas explicativas às demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados e Concreto S/A (Em milhares de Reais)

31/12/2024 31/12/2023

Contingências trabalhistas	31/12/2024 205 205	31/12/2023 205 205
Não tivemos movimentação de contingências traball	histas em 20	24. Adicional-
mente, a Companhia tem outros processos classificac		
cos como de perda possível, que em 31 de dezembro	o 2024 soma\	am R\$ 1.335
(R\$ 1.736 em 31 de dezembro de 2023) em processo		
periodicamente reavaliados pela administração, não		
de provisão nas demonstrações financeiras. A Compa	anhia tem outr	os processos
de polo ativo classificados pelos assessores jurídicos o	como de êxito	provável, que
em 31 de dezembro 2024 somavam R\$ 903 (R\$ 84	16 em 31 de	dezembro de
2023).		

★ continuação

13. Patrimônio líquido: a. Capital: O capital social em 31 de dezembro de 2024 2023, totalmente subscrito e integralizado, totalizando o capital social no valor de R\$ 31.578 representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Cavan Pré Moldado S.A.	8.000
Rocbra Participações e Empreendimentos Ltda.	2.000
	10.000

b. Reserva de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro íquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n' 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos manescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas. O saldo da conta de reserva de lucros ficará disponível para deliberação da assembleia Reserva de incentivos fiscais: A Companhia requereu à SUDAM utilização do enefício da redução por reinvestimento de 75% do imposto de renda devido para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, de que trata artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13º do Regulamento de Incentivo Fiscais Administrados pela SUDAM. O benefício fiscal foi concedido em 2012 com fruição por 10 anos, cujo vencimento ocorreu no exercício de 2021. A Companhia obteve o pleito de redução de 75% do imposto de renda devido e adicionais não restituíveis, na modalidade Modernização, com a emissão do audo Constitutivo nº 073/2024 (SEI 0618223) para fins de reconhecimento e concessão do direito ao incentivo fiscal, em observância à legislação em vigor pecialmente, ao artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto 2 4.212/2002 e ao Regulamento de Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, processo 59004.001781/202-67. O benefício fiscal foi concedido em 2024 com fruição por 10 anos, cujo vencimento ocorrerá no exercício de 2033. Em novembro de 2011, a Companhia passou a usufruir os benefícios fiscais revistos na Lei nº 9.129/10 que permite a utilização de 75% do ICMS próprio no nomento da apuração durante o prazo de 15 anos.

c. Dividendos:	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	6.390	10.385
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do ICMS)	(7.297)	(7.885)
Reserva Legal		
Resultado Líquido Ajustado	(907)	2.500
Dividendos mínimos obrigatórios		124
Saldo acumulado em 31 de dezembro	789	789
São assegurados aos acionistas dividendos mínim	os de 5% do	lucro líquido
ajustado de acordo com a legislação societária e	o estatuto da	Companhia.
Em 31/12/2024 não ocorreu a destinação de 5%	% de dividend	dos mínimos
obrigatórios, pois após a destinação do Incentivo d	le Redução d	o ICMS para
Reserva de Capital o Resultado Líquido Ajustado fico	u negativo	

ajustado de acordo com a legislação socie	tária e o estatuto da	a Companhia
Em 31/12/2024 não ocorreu a destinação	de 5% de divider	idos mínimos
obrigatórios, pois após a destinação do Inco	entivo de Redução d	do ICMS para
Reserva de Capital o Resultado Líquido Ajust	ado ficou negativo.	
14. Receita operacional líquida:	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	62.591	73.340
Deduções		
PIS	(821)	(976)
COFINS	(3.782)	(4.497)
ICMS	(12.856)	(14.242)
Devolução de vendas	(34)	_
(+) Incentivo fiscal ICMS	7.297	7.885
Pocoita operacional líquida	E2 20E	61 510

obrigatorios, pois apos a destinação do Incentivo	o de Redução d	to ICMS para
Reserva de Capital o Resultado Líquido Ajustado f	icou negativo.	
14. Receita operacional líquida:	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	62.591	73.340
Deduções		
PIS	(821)	(976)
COFINS	(3.782)	(4.497)
CMS	(12.856)	(14.242)
Devolução de vendas	(34)	_
(+) Incentivo fiscal ICMS	7.297	7.885
Receita operacional líquida	52.395	61.510

13. Custos das veridas.	31/12/2024	31/12/2023
Gastos gerais de fabricação	(6.213)	(6.069)
Custo de mão de obra	(7.071)	(6.835)
Consumo de matéria-prima	(21.362)	(29.328)
Depreciação	(1.297)	(1.384)
, ,	(35.943)	(43.616)
16. Despesas gerais e administrativas:	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal		
Salários e ordenados	(3.820)	(3.273)
Encargos sociais	(1.269)	(1.121)
Benefícios	(1.021)	(801)
2010110100	(6.110)	(5.195)
Despesas administrativas	(0.110)	(0.100)
Serviço de terceiros	(1.885)	(1.979)
Despesas com viagem e transporte	(444)	(134)
Despesas impostos e taxas	(47)	(21)
Despesas prediais	(577)	(577)
Despesas c/aluguel de veículos e combustível	(99)	(95)
Doações	(60)	(64)
Outras despesas	(101)	(103)
	(3.213)	(2.973)
Despesas comerciais		
Despesas com frete	(1.356)	
Despesas com feiras, propaganda e brindes	(44)	(487)
	(1.400)	(487)
Remuneração da diretoria	(2.876)	(2.869)
Total despesas administrativas e gerais	(13.599)	(11.524)
17. Outras receitas operacionais:	31/12/2024	31/12/2023
Ressarcimento de despesas	588	267
Recuperação de créditos tributários (a)	1.268	3.303
Venda de sucata	46	60
Reversão de provisão de contingências	_	10
Ganho de alienação de imobilizado	534	65
	2.436	3.705
a) Recuperação de créditos tributários:	31/12/2024	31/12/2023
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS		589
Exclusão do ICMS da base de cálculo do COFINS	_	2.714
IOF sobre mútuo	760	_
IRRF sobre mútuo	412	_
Créditos extemporâneo de PIS e COFINS	96	_
2.22p	1.268	3.303
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e C		
2022, transitou em julgado o processo nº 1000482-2		
-!- =		- I I - d - d

15. Custos das vendas:

damente pagos a título de COFINS (R\$ 2.714) e PIS (R\$ 589), em razão da ilegítima inclusão do ICMS destacado nos documentos fiscais nas respectivas base inima inclusad do icolos destacado nos occumentos iscais nas respectivas bases de cálculo, relativo ao período de março/2017 até Mai/2021. O pedido de habilita ção do crédito foi realizado em setembro de 2022 e homologados em abril de 2023. IOF e IRRF sobre mútuo - Trata-se de baixas de provisão contábil de IOF e IRRF sobre mútuo de partes relacionadas relativo ao período de 2013 a 2017 18. Resultado financeiro:

Receita financeira		
Descontos obtidos	3	25
Receita aplicação financeira	1.393	711
Variação monetária	43	871
	1.439	1.607
Despesa financeiras		
Despesas bancárias	(6)	(10)
Juros e mora pagos	(2)	_
Variação cambial	_	(14)
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(67)	(73)
IOF sobre operações financeiras	(24)	(74)
	(99)	(171)
Resultado financeiro líquido	1.340	1.436

valor mais expressivo em 2023 está atrelado à recuperação de créditos tributá-rios, citados na nota explicativa **16**. alíquota nominal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

Variação monetária - São decorrentes de atualizações dos direitos de crédito. O

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos	6.387	11.285
I - Valor-base IRPJ e CSLL	2.148	3.813
Alíquota 15% IRPJ e 9% CSLL	1.533	2.708
Alíquota adicional 10% IRPJ com redução de R\$ 240	615	1.105
 II - Efeitos das adições e exclusões permanentes o 	de despesas	e receitas
Adições permanentes		
Gratificação a dirigentes	78	54
Doações	13	28
Depreciação de Leasing	10	10
Brindes	10	14
Despesas não dedutíveis	5	_
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
(não registrados)	214	_
Exclusões permanentes		
Incentivo fiscal - ICMS	(2.481)	(2.681)
Incentivo fiscal - PAT	_	(17)
Reversão de provisão de contingências	_	(3)
Juros sobre atualização monetária	_	(296)
Outros	_	(23)
III - Taxa efetiva		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(3)	899
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3)	899
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	(3)	899
Alíquota efetiva	0%	8%
20. Instrumentos financeiros: 20.1 Considerações	gerais: A Cor	npanhia man
tém operações com instrumentos financeiros, cujos lin		
cos de crédito são aprovados e revisados periodicame		
valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos		
parados com os valores que poderiam ser obtidos r		
mercado ativo ou, na ausência deste, com valor pres	sente líquido	ajustado com
base na taxa vigente de juros no mercado, aproxima		
seus correspondentes valores de mercado. 20.2 Clas	sificação co	ntábil e valo
iusto. A tabala a coguir aprecenta de valores contáb	aie a ne valni	rae illetne dae

llivos e passivos ilhanceiros, incluindo os seus niveis na nierarquia do valor justo.					
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor	Valor	Valor	Valor
Ativos financeiros	Nota	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Custo amortizado					
Caixa		7	7	6	6
/alor justo por meio do resultado:					
Aplicações financeiras	5	16.886	16.886	10.340	10.340
		16.893	16.893	10.346	10.346
Custo amortizado:					
Clientes	6	4.294	4.294	5.246	5.246
		4.294	4.294	5.246	5.246
Passivo financeiros					
Custo amortizado:					
ornecedores	11	2.804	2.804	4.432	4.432
		2.804	2.804	4.432	4.432

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos e financiamentos, dividendos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar). Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **20.3 Hierarquia do valor justo:** Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da se quinte forma: Nível I - precos cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confianc no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência entre avaiações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia res e empréstimos e financiamentos. 20.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros: 20.4.1 Risco de crédito: a. Clientes: Devido a Companhia ter odontológica, vale-transporte e vale-refeição.

noto, com as mudanças das implementações nas novas regras tributárias. análise de sensibilidade de variações nos rendimentos de aplicações financeiras Desvalorização Posição em Remoto Possíve | Indexador | 31/12/2024 | (-50%) | (-25%) | Provável | 11,06% | 14,75% Aplicações financeiras Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indireto decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestru tura da Companhia são de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmentes de exigências legais e de padrões de exigências legais e de exigências e de exigê te aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é adminis

trar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e dano

à reputação da Companhia, e buscar eficácia de custos e para evitar procedime

do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de

tos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. Gestão do capital: A polític

contas a receber dos clientes Vale S.A., Ferrovia Transpordestina Logística S.A.

FTL, Ferrovia Norte Sul S/A e Construtora Hidros Ltda. a Companhia entend que não possui risco de incorrer em perdas decorrentes a esta contraparte en m instrumento financeiro decorrentes da falha destes em cumprir com su obrigações contratuais. O risco que a Companhia apresenta, está associado ba sicamente ao saldo entre partes relacionadas devido os mesmos terem sido for malizados em condições específicas e em montantes significativos, mantida pelo seu valor original e sem prazos previstos para liquidação. Essas operaçõe oderiam resultar em valores diferentes caso fossem realizadas com te Aplicações financeiras: A Companhia limita sua exposição ao risco de crédit através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido exposição máxima ao risco de crédito dos títulos de dívida classificados com mantidos até o vencimento em aplicações domésticas. Os recursos financeiro anlicados no mercado financeiro são mantidos com bancos e instituições finar

ceiras de primeira linha e que possuam liquidez no mercado. 20.4.2 Risco de li quidez: A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: manter un nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos f

nanceiros e minimizar riscos de liquidez. 20.4.3 Operações com instrumento financeiros derivativos: Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 202-e 2023, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos finan ceiros derivativos 20.4.4 Risco de taxas de juros: A atualização dos contrato de financiamento e empréstimos estão vinculados a variação do CDI. 20.4.5 Ris

co de preço dos produtos vendidos e dos insumos adquiridos: Decorre d

possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos vendidos pel

Companhia e dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilaçõ

de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos d

os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. Análise d

sensibilidade: Instrumentos financeiros não derivativos, estão expostos a varia

ções no valor justo como resultado da flutuação da taxa de juros (CDI). As avalia

cões da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apre sentadas a seguir: (I) Seleção de riscos: A Companhia identificou apenas un risco de mercado que mais fortemente afetam o valor dos seus instrumentos fi

nanceiros: Taxa de juros (CDI). (ii) Seleção de cenários: Para cada um do quatro riscos acima mencionados, foram considerados três cenários de valoriza

ção (desvalorização). O primeiro cenário usa uma taxa de base, que é a taxa de mercado na data do balanço, extraída com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2024. Além deste cenário, o CPC 39 - "Instrumentos Financeiros

Apresentação", requer a apresentação de cenários de riscos possível e remot de deterioração. Os possíveis cenários possível e remoto consideram variaçõe

de 25% e 50%, respectivamente, da variável de risco relevante em relação à tax

base. Diante de um cenário de instabilidade da economia no Brasil, considera mos as oscilações considerando reduções de 25% como possível diante da ne

cessidade de aquecimento da economia 2025 e 50% como um cenário mais re

Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanente

dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altor retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. classificou como Nivel II os saldos de equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. 20.4 Riscos resultantes de instrumentos

21. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregado
benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica

Anderson Silva Lira - Contador - CRC 1SP219.971/O-5

demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré loldados de Concreto S/A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações ontábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os spectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cavan Rocbra ndústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na ções contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de

Ênfase - Dependência Econômica: Chamamos a atenção para a Nota significativa do total das vendas da Companhia, são realizadas substancialmente junto à Vale S.A. Adicionalmente, há um saldo de R\$125.152 de mútuos a receber de partes relacionadas da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis a: Chamamos a atenção para a Nota Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de Moldados de Concreto S/A. Bacabeira - MA. Opinião: Examinamos as Explicativa 1 e 8 às demonstrações contábeis, que descrevem que parte que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante en internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, ecão a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das ser que a administração pretenda liguidar a Companhia ou cessar suas falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do CRC 2SP023228/O-4

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa e relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. S concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamento nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive a se as demonstrações contábeis representam correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a diretoria de Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusiv eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de Maio de 2025

KPMG

KPMG Assurance Services Ltda.

Daniel Aparecido da Silva Fukun Contador - CRC 1SP245014/O-

Maracaçumé

Audiência pública debaterá gestão de resíduos sólidos e educação ampientai

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justica de Maracaçumé, realizará nesta quinta-feira (24), no auditório do Fórum de Justiça, uma audiência pública sobre a gestão dos resíduos sólidos, reestruturação do lixão da cidade e implementação de políticas públicas para educação ambiental da região do Baixo Turi. A audiência é aberta a todos.

Além do promotor de justiça Igor Adriano Trinta Marques, devem participar da reunião representantes da Prefeitura Municipal, Poder Judiciário, das Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente, da sociedade civil organizada, do Coletivo de Educação Ambiental da Amazônia. Também estarão presentes lideranças comunitárias e especialistas em políticas ambientais.

"O debate ampliará o diálogo sobre desafios como a destinação adequada dos resíduos, os impactos sobre os rios da região e as áreas de proteção ambiental, além do papel da educação ambiental nas escolas e comunidades locais", explicou o membro do MPMA.

O objetivo é fortalecer a participação social. A atividade segue os parâmetros da Política Nacional de Educação Ambiental, que incentiva a integração de órgãos públicos, coletivos e sociedade civil em ações educativas. Durante o encontro, serão apresentados projetos de reestruturação do lixão, estratégias para criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas) nas escolas, propostas de campanhas educativas sobre o papel das instituições locais e regionais na gestão dos recursos naturais. O Coletivo de Educação Ambiental da Amazônia e demais entidades apresentarão experiências e farão recomendações para ampliar a mobilização social e incentivar

jovens e a comunidade na

defesa do meio ambiente.

Presidente da Funac integra discussão do Orçamento Participativo, em Imperatriz

A audiência pública encerra esta etapa do processo, que passou por 32 regionais do Maranhão

Moradores e representantes da Região do Tocantina, que inclui municípios como marante do Maranhão Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, João Lisboa, Montes Altos, Imperatriz, Ribamar Fiquene e Senador La Rocque, reuniramse nesta quarta-feira (23), em Imperatriz, para mais uma etapa do Orçamento Participativo (OP). A audiência pública encerra esta etapa do processo, que passou por 32 regionais do Maranhão. A coordenação do OP é realizada de forma integrada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) com a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan). Entre os representantes estaduais estava a presidente da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), Sorimar Sabóia, acompanhada pela diretora técnica Lúcia Diniz (Dirtec/ Funac). Para Sorimar Sabóia, as audiências públicas são

estratégias importantes e

fundamentais para incluir a população nas decisões

do Governo do Estado no

que se refere à destinação

dos recursos públicos.

"A efetiva participação

Madeira, representando o governador Carlos Brandão dos moradores, com suas respostas e direcionamentos, é fundamental para que a administração municipal entenda as demandas da população e possa priorizar as ações conforme as reais necessidades municipais",

A diretora técnica Lúcia Diniz reforçou a fala da presidente da Funac, ressaltando serem as audiências do Orçamento Participativo oportunidades para que os cidadãos contribuam diretamente

para o desenvolvimento de sua cidade. "São ações que possibilitam a participação efetiva da sociedade civil, de forma articulada, e que fortalecem o protagonismo popular", destacou. Orçamento participativo Esta é a décima edição ininterrupta do OP, que possibilita a participação popular nas decisões do Governo do Estado para a destinação dos recursos públicos, repercutindo na elaboração do Plano Plurianual

(PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ao todo foram realizadas audiências públicas nas 32 regionais do estado durante junho e julho para ouvir a população. Cada encontro incluiu três etapas, sendo a primeira a audiência pública para ouvir as demandas da região, seguida da votação para priorizar a execução de uma proposta no ano seguinte, e por fim a devolutiva do poder público sobre as ações realizadas em cada região.



A audiência em Imperatriz marcou a última de 2025 e teve o secretário-Chefe da Casa Civil, Sebastião